# ASSOCIAÇÃO DIREITOS HUMANOS EM REDE

Relatório do auditor independente

Demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2018

# ASSOCIAÇÃO DIREITOS HUMANOS EM REDE

Demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2018

Conteúdo

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Balanço patrimonial

Demonstração do resultado

Demonstração do resultado abrangente

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Demonstração dos fluxos de caixa

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis



Tel.: +55 11 3848 5880 Fax: + 55 11 3045 7363 www.bdo.com.br

# RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Conselheiros e Administradores do **Associação Direitos Humanos em Rede** São Paulo - SP

# Opinião sobre as demonstrações contábeis

Examinamos as demonstrações contábeis do Associação Direitos Humanos em Rede ("Conectas"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do **Associação Direitos Humanos em Rede** em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil para pequenas e médias empresas - Pronunciamento Técnico CPC PME - "Contabilidade para pequenas e médias empresas" e em conformidade com a ITG 2002 - Entidades sem finalidade de lucros aprovada pela Resolução 1.409/12 do Conselho Federal de Contabilidade.

# Base para opinião sobre as demonstrações contábeis

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação ao Instituto, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

# Responsabilidades da Administração pelas demonstrações contábeis

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade do Instituto continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar o Instituto ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela administração do Instituto são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.



#### Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais:
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Instituto;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração;
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Instituto. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Instituto a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 01 de abril de 2019.

BDO

BDO RCS Auditores Associados Ltda. CRC 2 SP 015/165/0-8/

Contol ho 80

Carlos Aragaki 
Contador CRC 1 SP 132.091/0-1

# Associação Direitos Humanos em Rede Balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e 2017 Em reais



Ativo	Nota explicativa	2018	2017	Passivo e patrimônio líquido	Nota explicativa	2018	2017
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa Outros contas a receber	κ 4	10.561.440 51.541	6.804.134	Contas a pagar Obrigações tributárias	9 /	2.143	90 69.540 339.212
		10.612.981	6.884.027	Doações antecipadas	. ∞	6.518.630	3.539.112
						6.805.080	3.947.954
Não circulante				Não circulante			
Depósitos judiciais Imobilizado	വ	78.638	66.505	Obrigações fiscais a recolher	14	82.212	1 1
Intangível	Ω	29.569	29.305	Patrimônio Ilquido Patrimônio social	6	3.987.304	3.209.333
Total do ativo		10.874.596	7.157.287	Total do passivo e patrimônio líquido		10.874.596	7.157.287

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.



# Associação Direitos Humanos em Rede Demonstrações do resultado para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 Em reais

	Nota explicativa	2018	2017
Receitas sem restrições	8	459.591	95.172
Doações nacionais	8	6.403.027	6.715.355
Doações no exterior	11	184.844	152.115
Receitas com gratuidades		7.047.462	6.962.642
Despesas das atividades	10		
Custos das áreas temáticas		(4.891.552)	(5.224.327)
Despesas continuadas		(2.017.558)	(2.117.903)
Despesas tributárias		(31.837)	(68.341)
Recuperação de despesas		190.688	164.860
Outras despesas		(685)	(2.048)
	<u> </u>	(6.750.944)	(7.247.759)
(Déficit/Superávit) antes do resultado financeiro		296.518	(285.117)
	12	481.453	562.427
Resultado financeiro	12 _	4011.100	
Superávit do exercício		777.971	277.310
Outros resultados abrangentes	<u>.</u>	<del></del>	•
Resultado abrangente do exercício	_	777.971	277.310



# Associação Direitos Humanos em Rede Demonstrações das mutações do patrimônio liquido Em reais

	Patrimônio Social	Superávit acumulado	Total
Em 31 de dezembro de 2016	2.932.023		2.932.023
Superávit do exercício		277.310	277.310
Em 31 de dezembro de 2017	2.932.023	277.310	3.209.333
Incorporação de superávit	277.310	(277.310)	
Superávit do exercício	4. <u>1. 1. 1. 1. 1. 1. 1. 1. 1. 1. 1. 1. 1. 1</u>	777.971	777.971
Em 31 de dezembro de 2018	3.209.333	777.971	3.987.304

# Associação Direitos Humanos em Rede Demonstrações dos fluxos de caixa para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 Em reais



	2018	2017
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Superávit do exercício	777.971	277.310
Depreciações	55.519	52.007
Baixa depreciação	(2.617)	(970)
Ajuste depreciação		(161)
Baixas de ativo imobilizado	3.002	3.018
Despesas antecipadas	457	2.243
Superávit do exercício ajustado	834.332	333.447
(Aumento) Redução em ativos		
Outras contas a receber	27.894	(31.306)
Depósitos judiciais	(12.133)	(29.406)
Aumento (Redução) em passivos		
Contas a pagar	2.053	(14.250)
Obrigações sociais	(54.906)	102.099
Obrigações tributárias	12.672	29.958
Doações antecipadas	2.979.519	49.254
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	3.789.431	439.796
Fluxos de caixa das atividades de investimento Aquisição de ativo imobilizado	(32.125)	(53.657)
Caixa líquido utilizado das atividades de investimento	(32.125)	(53.657)
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	3.757.306	386.139
Caixa e equivalentes de caixa no fim exercício	10.561.440	6.804.134
Caixa e equivalentes de caixa no início exercício	6.804.134	6.417.995
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	3.757.306	386.139
가 이렇게 되는데 그리고 하다가 되는 그리고 그렇게 그렇게 되었습니다. 그리고 하는 내는 그리고 얼마나 그리고		



#### 1 Contexto operacional

A Associação Direitos Humanos em Rede ("Conectas" ou "Entidade") é uma organização não governamental internacional, sem fins lucrativos, fundada em setembro de 2001 em São Paulo - Brasil. Sua missão é promover a efetivação dos direitos humanos e do Estado Democrático de Direito, no Sul Global - África, América Latina e Ásia.

Desde janeiro de 2006, tem status consultivo junto à Organização das Nações Unidas (ONU) e, desde maio de 2009, dispõe de status de observador na Comissão Africana de Direitos Humanos e dos Povos. Sua visão é de um mundo justo, com um movimento de direitos humanos realmente global, diverso e efetivo, onde instituições nacionais e a ordem internacional sejam mais transparentes, efetivas e democráticas.

#### Planejamento estratégico - Conectas 2020

Em 2016, a Conectas passou por um processo para reavaliar seu trabalho e estabeleceu seu Planejamento Estratégico para os próximos anos.

Então, equipe e o Conselho decidiram reorganizar o trabalho da Conectas nos próximos anos em três áreas prioritárias: (i) Violência Institucional; (ii) Fortalecimento do espaço democrático; e (iii) Desenvolvimento e Direitos Socioambientais.

As atividades em cada uma das 3 áreas são planejadas em iniciativas com objetivos claros e prazos e serão apresentadas na próxima seção. A principal mudança no Planejamento Estratégico 2020 da Conectas é que as 3 áreas temáticas trabalharão usando os vários elementos - conforme apropriado - da caixa de ferramentas desenvolvida pela Conectas nos últimos 15 anos. Esta caixa de ferramentas inclui:

#### Atuação Internacional

- Denuncia violações de direitos humanos nos mecanismos internacionais;
- Estuda, analisa e formula recomendações/proposições/soluções com base em análises comparadas;
- Monitora e incide na política externa do Brasil e dos países do Sul Global para que contribuam no fortalecimento dos direitos humanos.

# Articulação e Parcerias

- Cria espaços para troca de experiências e construção de parcerias nacionais e internacionais para fortalecer o movimento de direitos humanos;
- Responde a emergências e se solidariza com pessoas e grupos que tiveram seus direitos humanos violados;
- Serve de radar para possibilitar respostas rápidas e coletivas a ameaças.

#### Atuação Jurídica

- Identifica, analisa e produz pareceres e notas técnicas sobre legislações que afetam os direitos humanos;
- Realiza ações de litigância estratégica, judicial e extrajudicial, no âmbito nacional e internacional, em especial no Supremo Tribunal Federal e nos Sistemas Interamericano (OEA) e Universal (ONU) de Direitos Humanos;
- Monitora decisões do sistema de justiça e produz pesquisas para sensibilização e advocacy.

#### Incidência

- Influencia o debate público de maneira técnica e apartidária;
- Propõe soluções e pressiona o poder público para implementá-las;
- Exige transparência do Estado.



Comunicação e engajamento

• Leva a mensagem dos direitos humanos de forma acessível, inspiradora, engajadora e atrativa;

Veicula informações rigorosas e precisas;

Constrói narrativas que promovem os direitos humanos e contrapõem retrocessos;

Vocaliza posicionamentos da organização;

Constrói uma rede pública de engajamento e mobilização.

Administrativamente, a Conectas possui um corpo diretivo composto por 01 (um) Diretor Executivo e 01 (um) Diretor Adjunto, a fim de dar suporte a todas as atividades da organização. O setor administrativo e financeiro é responsável pelo Balanço Patrimonial e Demonstração do Superávit do exercício, movimentações bancárias e questões tributárias e de imunidade e incentivos fiscais. Toda a execução orçamentária é feita por este setor em conjunto com os coordenadores das áreas específicas, que executam as áreas temáticas; estas também interagem entre si e abrangem atividades nacionais e internacionais.

A área de captação de recursos está dividida em duas áreas de atuação: doadores individuais e fundações e grandes doadores. A primeira sendo focada principalmente em captação online, por meio do site e das mídias sociais da Conectas, nas quais são lançadas campanhas com o foco exclusivo em alcançar pessoas interessadas em doar para o trabalho da organização. A equipe de captação trabalha na aquisição de doadores e também no relacionamento. A segunda focada principalmente na elaboração de propostas para fundações nacionais e internacionais, fundos internacionais e embaixadas para receber fundos e manter o relacionamento com financiadores através de relatórios periódicos.

A comunicação é a área da Conectas responsável por estabelecer o diálogo da organização com a sociedade, pautando a imprensa a respeito dos temas prioritários da agenda de direitos humanos, oferecendo contraponto aos debates, produzindo conteúdos e informações com rigor jornalístico e engajando o público em nossas causas prioritárias. Respondendo à diretoria, a área é composta por um coordenador, dois jornalistas, uma especialista em eventos e outra especialista em marketing digital. Além de cuidar da imagem e reputação da organização e prestar contas à sociedade a respeito de nosso trabalho, a comunicação é responsável por estabelecer as estratégias de divulgação das iniciativas, atender e direcionar as demandas de imprensa, e atualizar os canais da organização, como o site institucional e as redes sociais.

A área de desenvolvimento institucional tem três áreas principais de responsabilidade: Governança, Planejamento e Avaliação e Pessoas. Em relação Governança, a área apoia a diretoria em qualquer ação relacionada ao conselho deliberativo, incluindo, por exemplo, a elaboração e implementação de políticas de governança e melhores práticas; no Planejamento e Avaliação, a área facilita o plano operacional anual e assegura que isso seja acompanhado durante todo o ano pela equipe de liderança. Finalmente, em relação a pessoas, a área apoia e ajuda desenvolver qualquer elemento estratégico relacionado à equipe da organização - incluindo ações de diversidade, processo de feedback e bem-estar das pessoas. Também tem como parte de sua responsabilidade, em conjunto com a área administrativa e financeira, trabalhar em políticas de Segurança, tanto de informação como de pessoas.

# 2 Apresentação das demonstrações contábeis e descrição das principais práticas contábeis

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis as entidades sem fins lucrativos, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil para pequenas e médias empresas — Pronunciamento Técnico CPC PME — "Contabilidade para pequenas e médias empresas" e em conformidade com a ITG 2002 — Entidades sem finalidade de lucros aprovada pela Resolução 1.409/12 do Conselho Federal de Contabilidade.

O valor justo dos trabalhos voluntários e das gratuidades é apresentado na nota 11.

Na elaboração das demonstrações contábeis foi necessário utilizar estimativas para contabilizar certos ativos, passivos e outras transações, incluindo estimativas referentes à seleção das vidas úteis do ativo imobilizado, a apuração do valor justo dos ativos financeiros, provisões necessárias para passivos e outras avaliações. O resultado real pode apresentar variação em relação a essas estimativas. A Conectas revisa essas estimativas e premissas pelo menos quando da preparação das demonstrações contábeis.

#### Associação Direitos Humanos em Rede

Notas explicativas administração às demonstrações contábeis dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 Em reais



As presentes demonstrações contábeis foram autorizadas pela diretoria da administração em 29 de março de 2019.

#### Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações contábeis estão sendo apresentadas em reais, que é a moeda funcional da Associação e, também, a sua moeda de apresentação.

# Resumo das práticas contábeis

# 2.1 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional e aplicações financeiras, com liquidez diária, que apresentam risco insignificante de mudança de valor justo e que são utilizadas pela Associação para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo.

#### 2.2 Ativos financeiros

A administração classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo por meio do resultado (a) e empréstimos e recebíveis (b). A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial.

Os títulos e valores mobiliários são classificados como "Títulos para negociação". Incluem os títulos e valores mobiliários adquiridos com o objetivo de serem negociados frequentemente e de forma ativa, sendo contabilizados pelo valor de mercado, em que as perdas e os ganhos realizados e não realizados sobre esses títulos são reconhecidos no resultado.

# (a) Mensurados ao valor justo por meio do resultado (déficit/superávit)

Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação ativa e frequente. Os ativos dessa categoria são classificados como ativos circulantes. Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são apresentados na demonstração do superávit na rubrica "Resultado financeiro" no período em que ocorrem, a menos que o instrumento tenha sido contratado em conexão com outra operação. Neste caso, as variações são reconhecidas na mesma linha do superávit afetada pela referida operação.

# (b) Empréstimos e Recebíveis

Incluem-se nesta categoria os empréstimos concedidos e os recebíveis que são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço. Os empréstimos e recebíveis da Entidade compreendem outras contas a receber. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando método da taxa de juros efetiva, quando aplicável.

#### 2.3 Imobilizado

Os itens do imobilizado são demonstrados ao custo histórico de aquisição. Os bens recebidos em doação, pelo valor destacado em documento firmado pelo doador ou, na ausência deste, pelo valor simbólico de R\$ 1 (um real), em contrapartida da conta de receita de doações. As depreciações são calculadas pelo método linear às taxas que levam em conta a vida útil dos bens, conforme demonstrado na Nota 5.



# (a) Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros (impairment)

Os ativos não financeiros são revisados periodicamente para verificação do valor recuperável. Quando houver indicio de perda do valor recuperável (*impairment*), o valor contábil do ativo é testado. Uma perda pela redução do valor recuperável é reconhecida pelo excesso do valor contábil do ativo sobre seu valor recuperável. Este último é o maior valor entre o valor justo menos os custos de venda e o valor em uso.

#### 2.4 Contas a pagar

As contas a pagar a fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal das atividades, sendo reconhecidas ao valor da fatura ou do contrato correspondente. As referidas contas a pagar são classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas no passivo não circulante.

# 2.5 Tributos incidentes sobre as operações

A Associação Direitos Humanos em Rede é uma entidade sem fins lucrativos, isento de recolhimento do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido (Nota 13). Com relação aos demais tributos incidentes sobre as operações próprias da atividade, destacamos os seguintes: (a) Programa de Integração Social (PIS) - contribuição de 1% incidente sobre o montante da folha de pagamentos; (b) contribuição para a Associação Nacional do Seguro Social (INSS) - pagamento integral da contribuição patronal e de empregados; (c) IRRF sobre rendimentos de aplicações financeiras - retenção feita regularmente pelas instituições financeiras (d) Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) - contribuição de 8% incidente sobre o montante da folha de pagamentos.

# 2.6 Demais ativos e passivos circulantes

Os ativos são demonstrados pelo custo de aquisição, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidos e deduzidos por provisão para ajuste ao valor de realização, quando aplicável. Os passivos registrados são demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, incluindo, quando aplicável, os correspondentes encargos e variações monetárias incorridas até a data do balanço.

#### 2.7 Patrimônio líquido

Constituído pela dotação inicial de seus outorgantes instituidores e por doações recebidas de terceiros, acrescido ou diminuído do superávit ou déficit apurado em cada exercício.

# 2.8 Apuração do resultado

As receitas com doações e contribuições são reconhecidas contabilmente quando recebidas. Demais despesas e receitas são apuradas pelo regime de competência.

Ao final do exercício, os recursos não utilizados e que estão comprometidos com projetos são classificados no passivo como "Doações antecipadas".



3 Caixa e equivalentes de caixa	2018	2017
Contas-correntes Aplicações Financeiras (*)	26.040 10.535.400	370.268 6.433.866
	10.561.440	6.804.134

<sup>(\*)</sup> Representados por Certificados de Depósito Bancário - CDBs, remunerados a taxas pós-fixadas em torno de 94,45% ao ano do Certificado de Depósito Interbancário - CDI, e por operações compromissadas, com liquidez diária e utilizados pela Associação para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo.

#### 4 Outras contas a receber

Em 31 de dezembro de 2018, referem-se, principalmente, a adiantamento de aluguel, adiantamento a empregados e seguros D&O e Patrimonial.

#### 5 Imobilizado e Intangível

5 IIIIODIII2ado e III.a.i.g.ve.			2018	2017	Taxas
		Depreciação Amortização			anuais de Depreciação Amortização
	Custo	Acumulada	Líquido	Líquido	%
Bem Móves  Móveis e utensílios  Equipamento de Informática  Equip. de Telecomunicações	151.793 206.909 22.328	(76.284) (143.228) (8.110)	75.509 63.681 14.218	89.473 78.907 8.952	10 20 10 20
Equipamentos eletrônicos	<u>590</u> 381.620	(590)	0,00 153.408	<u>118</u> 177.450	20
Bens intangível Softwares	48.468	(18.900)	29.568	29.305	20
	430.088	(247.112)	182.976	206.755	
A movimentação do imobilizado e	intangível po	de ser assim de	monstrada:		
				2018	2017
No início do exercício Aquisição de bens Baixa de bens Depreciação/Amortização				206.755 32.125 (3.002) (52.902)	206.992 53.657 (3.018) (50.876)
No final do exercício				182.976	206.755

Foram feitas doações às Casas André Luiz de mobiliários não utilizados. As baixas e os ajustes foram efetuados mediante laudo físico fornecido pela AFIXCODE para atualização dos bens conforme normas contábeis estabelecidas pelo CPC 27 - Ativo imobilizado.

#### Associação Direitos Humanos em Rede

Notas explicativas administração às demonstrações contábeis dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 Em reais



#### 6 Obrigações tributárias

Conectas entendeu, a partir de 2018 que, por se tratar de uma obrigação tributária questionada judicialmente (Nota 14) e depositada em juízo, devemos deslocar o valor para o Passivo Não-Circulante.

#### 7 Obrigações sociais

Referem-se principalmente a encargos relacionados à provisão de férias.

# 8 Doações e doações antecipadas

A entidade recebeu doações com a finalidade de manutenção e programação dos projetos sociais sob sua responsabilidade.

Do total dos recursos recebidos em 2018 no montante de R\$ 13.566.092 (2017 - R\$ 10.501.754), R\$ 7.047.462 (2017 - R\$ 6.962.642) foram aplicados neste exercício e R\$ 6.518.630 (2017 - R\$ 3.539.112) serão aplicados em 2019 na continuidade dos projetos.

#### 9 Patrimônio liquido

O patrimônio líquido é apresentado em valores atualizados e compreende o patrimônio social inicial, acrescido dos valores dos superávits e diminuído dos déficits ocorridos.

Na hipótese de extinção da associação, o patrimônio será necessariamente destinado à entidade ou entidades sem fins lucrativos com propósitos semelhantes, qualificada nos termos da Lei no. 9.790/99.

Na hipótese de a associação perder a qualificação instituída na Lei o. 9.790/99, o respectivo acervo patrimonial disponível, adquirido com recursos públicos durante o período em que perdurou aquela qualificação, será transferido a outra pessoa jurídica qualificada nos termos da Lei 9.790/99, preferencialmente que tenha o mesmo objeto social.

10 Despesas das atividades	2018	2017
Serviços prestados pessoa jurídica Serviços prestados pessoa física Gastos com pessoal Gastos com viagem Custos com projetos (*) Outras despesas	(609.672) (100.971) (973.804) (41.410) (4.891.552) (133.535)	(643.311) (20.809) (1.054.563) (33.965) (5.224.327) (270.784)
Total	(6.750.944)	(7.247.759)

Importante ressaltar que, a partir do ano de 2017, Conectas determinou, por meio de planejamento estratégico (Nota 1 – Planejamento Estratégico – Conectas 2020) a transversalidade entre suas atividades; portanto, agora dividimos nossas atividades em Áreas Temáticas – estas subdivididas em Iniciativas\* - e não mais em projetos.

# Associação Direitos Humanos em Rede

Notas explicativas administração às demonstrações contábeis dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 Em reais



2018
(1.658.356)
(1.715.580)
(1.517.616)
(4.891.552)

representadas por:

que restringem a sociedade civil sta Sur ação nciamento do desenvolvimento so à justiça ércio de armas consabilidade das empresas	(245.807) (245.807) (245.807) (281.610) (310.288) (234.935)
sta Sur ação nciamento do desenvolvimento so à justiça ércio de armas	(715.570) (385.664) (444.976) (245.807) (281.610) (310.288)
sta Sur ação nciamento do desenvolvimento so à justiça ércio de armas	(715.570) (385.664) (444.976) (245.807) (281.610)
sta Sur ação nciamento do desenvolvimento so à justiça	(715.570) (385.664) (444.976) (245.807)
sta Sur ação nciamento do desenvolvimento	(715.570) (385.664) (444.976)
sta Sur ação	(715.570) (385.664)
sta Sur	(715.570)
que restringem a sociedade civil	(224.771)
	(224.771)
dade civil em espaços de decisão	(389.575)
o ao protesto	(287.019)
drogas	(350.442)
ole da atividade policial	(339.979)
as privadas de liberdade	(680.916)
	tiva  pas privadas de liberdade  pole da atividade policial  e drogas  o ao protesto  edade civil em espaços de decisão

# DESCRIÇÃO DOS PROGRAMAS

# Programa de Violência Institucional

# Pessoas privadas de liberdade

Como parte desse trabalho para garantir os direitos das pessoas privadas de liberdade e o funcionamento democrático das instituições de justiça e do sistema carcerário, a Conectas é representante da sociedade civil no Comitê Nacional de Prevenção e Combate a Tortura (CNPCT) no qual a Conectas trabalha constantemente para combater a tortura no sistema penitenciário brasileiro. Em fevereiro, a Conectas inspecionou juntamente com o CNPCT presídios em Roraima, no Amazonas e no Rio Grande do Norte.

Conectas também faz visitas periódicas no complexo penitenciário de Pedrinhas, no Maranhão e envia relatórios para a Corte Interamericana de Direitos Humanos. Em abril de 2018, a Corte determinou a reforma do complexo penitenciário de Pedrinhas para garantir condições mínimas de higiene de acordo com regulação internacional. Em novembro, a Conectas realizou com parceiros um seminário sobre a necessidade de um mecanismo estadual de proteção contra a tortura no estado do Maranhão. Internacionalmente, a Conectas também denunciou o governo de São Paulo por não ter criado um mecanismo estadual de prevenção e combate a tortura.

Buscando fomentar o debate público sobre a situação das pessoas privadas de liberdade no Brasil, a Conectas lançou em setembro o site Carceropólis (https://carceropolis.org.br/) com informações do INFOPEN e também de especialistas sobre o sistema carcerário. Com o mesmo objetivo, a Rede Justiça Criminal – da qual a Conectas faz parte – promoveu a campanha "Encarceramento em massa é justiça?" que ficou sediada no SESC de julho a setembro de 2018.



Em resposta ao pedido de habeas corpus coletivo da Defensoria Pública do Estado do Espírito Santo que contestava a superlotação da Unidade de Internação Regional Norte em Linhares o Supremo Tribunal Federal deu liminar estabelecendo o limite de 119% da taxa de ocupação das unidades socioeducativas do Espírito Santo. Conectas e parceiros apresentaram *amicus curiae* a esse pedido reiterando o pedido da defensoria.

#### Lei de drogas

A chamada "Guerra às Drogas" é responsável por uma escala estratosférica de violações de direitos humanos. A Conectas vem denunciando há anos as limitações e impactos da Lei de Drogas de 2006, sobretudo na justiça criminal. Juntamente com uma ampla rede de organizações da sociedade civil, a entidade realiza pesquisas, incidência legislativa para evitar novos retrocessos, propõe avanços no sentido de descriminalizar o uso ou regulamentar a produção, o comércio e o consumo de determinadas substâncias, assim como utiliza mecanismos internacionais para fazer denúncias e instiga debates públicos constantes com diferentes setores da sociedade.

Para aumentar a visibilidade dessa questão junto ao público geral e especializado, a Conectas realizou em 2018 um debate sobre os 12 anos da lei de drogas com a Plataforma Brasileira de Política de Drogas, transmitido online. Com o fim de dar visibilidade às violações de direitos de pessoas que usam drogas, a Conetas, junto com parceiros, promoveu audiência temática na Comissão Interamericana sobre os impactos das políticas públicas centradas nas comunidades terapêuticas; com o mesmo fim, a Conectas convidou mais de 15 especialistas de diversas regiões e saberes para discutir estratégias de litígio e incidência em São Paulo.

#### Direito ao protesto

A Conectas trabalha permanentemente contra quaisquer iniciativas que visem cercear o direito ao protesto. Por isso a Conectas trabalha nacional e internacionalmente para evitar que manifestantes sejam punidos por exercer o seu direito de manifestação. Em 2018, juntamente com parceiros, a Conectas denunciou à ONU a condenação de 23 manifestantes no Rio de Janeiro e promoveu eventos e reuniões sobre o direito à manifestação com a participação do relator da ONU sobre Liberdade de Reunião Pacífica e Associação, Clément Nyaletsossi Voule, em São Paulo e no Rio de Janeiro, com mais de 30 ativistas e membros do sistema de justiça de diversos estados. Conectas também apresentou um *amicus curia*e ao Supremo Tribunal Federal referente ao recurso extraordinário sobre a necessidade de aviso prévio para realizar manifestações públicas.

# Controle da atividade policial

Em 2009, a Conectas apresentou um caso perante a Comissão Interamericana de Direitos Humanos sobre o assassinato de cinco jovens no Parque Bistrol, periferia da cidade de São Paulo, em 2006. Esses assassinatos foram parte de uma série de execuções sumárias conhecidas como Crimes de Maio. Em São Paulo, as autoridades responsáveis do Ministério Público não fizeram uma investigação suficiente e nenhum suspeito foi identificado apesar de evidência apontando envolvimento policial.

Com apoio da Conectas, familiares das vítimas, apresentaram uma moção para à Procuradoria-Geral da República (PGR) pela reabertura do caso a nível federal. Conectas também manteve incidência perante da Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) para que essa recomende ao Brasil a federalização e reabertura do caso. Em audiência em março em Bogotá, juntamente com familiares das vítimas, a Conectas denunciou o caso e a falta de uma investigação efetiva e também o número elevado de mortes causadas por agentes de segurança.

Buscando também aumentar a sensibilização da mídia e da população em geral, a Conectas e a Agência Pública deram micro bolsas para quatro jornalistas produzirem reportagens investigativas sobre violência policial em diversos lugares do Brasil.



# Programa de Fortalecimento do Espaço Democrático

# Sociedade civil em espaços de decisão

A Conectas manteve em 2018 equipe para acompanhar as principais discussões internacionais sobre direitos humanos e influenciar a posição do Brasil e de outros países nesses fóruns. Conectas participou de todas as sessões do Conselho de Direitos Humanos da ONU – as sessões são em março, junho e setembro em Genebra, Suíça. Dentre os temas abordados pela Conectas durante as sessões, estiveram o assassinato de Marielle Franco, violações de direitos humanos durante a intervenção federal no Rio de Janeiro, a acolhida de refugiados e migrantes, a situação dos refugiados venezuelanos no país, a operação policial da favela da Maré no Rio de Janeiro, os efeitos das medidas de austeridade do governo e a militarização da segurança pública.

Além de discursos públicos durantes os debates no Conselho de Direitos Humanos, a Conectas levou ativistas de direitos humanos do Brasil e da Venezuela para ampliar a presença do Sul Global em fóruns multilaterais para que eles tenham acesso a mecanismos internacionais de proteção dos direitos humanos. Com ativistas venezuelanos, a Conectas organizou um evento na ONU sobre a situação dos refugiados venezuelanos nas Américas e com ativistas brasileiros discutimos a militarização da segurança pública no Rio de Janeiro e seu impacto nos direitos humanos. Com parceiros, a Conectas também levou debates importantes para o Conselho de Direitos Humanos, como a militarização de políticas públicas na América Latina e a ação de organizações da sociedade civil na política externa de países do Sul Global.

Nacionalmente, a Conectas também participa de conselhos nacionais e monitora o andamento de projetos de lei que impactam os direitos humanos no Congresso Nacional. Em setembro foi contratada nova assessora da advocacy e durante todo o ano de a Conectas participou de reuniões do Conselho Nacional de Direitos Humanos, sendo reeleita para mais um mandato como suplente em novembro de 2018. Dentre as nossas principais ações no CNDH em 2018 estão a missão do Conselho para Roraima para monitorar a situação dos venezuelanos próximos a fronteira e o subsequente relatório do Conselho com recomendações ao Estado brasileiro.

# Leis que restringem sociedade civil

A Conectas mantém um trabalho permanente contra leis que restringem o trabalho da sociedade civil, entre elas a lei antiterrorismo, na qual a Conectas e outras entidades da sociedade civil conseguiram vetar importantes partes para proteger a sociedade civil. Em 2018, mantivemos um trabalho constante de monitoramento das propostas de lei no Congresso Nacional e também dos debates sobre o tema durante as eleições.

Além do monitoramento, Conectas também atuou em relação ao uso das Forças Armadas na Segurança Pública. Juntamente com parceiros, defendemos no Supremo Tribunal Federal que decreto presidencial 9288/18, que autoriza a Intervenção Federal na Segurança Pública do Rio de Janeiro, é inconstitucional e monitoramos a situação por meio de parcerias com organizações locais e com jornalistas investigativos da Agência Pública. Internacionalmente, Conectas trouxe o tema da militarização das políticas públicas - principalmente de segurança – para debates com parceiros da América Latina na Comissão Interamericana de Direitos Humanos durante o 170º período de sessões.

A partir de agosto de 2018, Conectas também monitorou a presença das Forças Armadas em Roraima. A autorização por parte do presidente Michel Temer para a Garantia da Lei e da Ordem em Roraima foi bastante criticada pela organização por determinar militarização da ajuda humanitária aos refugiados Venezuelanos que chegam na fronteira norte do país.



#### Revista Sur

Em 2018, a Conectas lançou duas edições da revista Sur. Em julho foi lançada a Sur 27 com um dossiê sobre internet e democracia em parceria com a FES e o Internetlab com textos sobre privacidade, eleições livres, fake news, neutralidade, redes sociais e participação. A Sur 27 também trouxe ensaios sobre violência policial e o impacto da política de drogas no encarceramento e entrevista com Juan Pablo Bohoslavsky (Argentina) especialista independente das Nações Unidas sobre os efeitos da dívida externa e outras obrigações financeiras internacionais dos Estados. A sessão de arte foi ocupada por fotografias de artistas que concorreram ao Prêmio de Artes em Direitos Humanos de Hong Kong 2017, promovido pelo Justice Centre Hong Kong.

A revista ainda trouxe um texto póstumo de Marielle Franco sobre as Unidades de Polícia Pacificadora e artigo de Debora Doane sobre mudanças necessárias no terceiro setor.

A 28ª edição da revista Sur contou com Sueli Carneiro como editora convidada. Com o título "Raça e Direitos Humanos: Movendo Estruturas", a Sur trouxe textos de três autoras negras que receberam bolsas da Conectas para escreverem sobre temas como tribunais populares, invisibilização de travestis e transexuais no movimento negro brasileiro e organização sócio-política de quilombos. A Sur contou ainda com diversos textos de autores do Norte e Sul Global que trouxeram a raça para o centro da discussão sobre estratégias, narrativas e financiamento do campo dos direitos humanos. A Sur ainda trouxe a discussão de como a arte é uma forma de luta antirracista com seleção de obras da exposição Histórias Afro-Atlânticas, um artigo sobre os slamas e outro sobre uma prática curatorial na perspectiva das mulheres negras.

#### Migração

A Conectas também trabalha para a efetivação dos direitos dos migrantes no Brasil. Além de trabalhar diretamente com a implementação da nova lei de migração, em conjunto com parceiros que também trabalham monitorando a implementação da nova lei.

Conectas teve um papel central no monitoramento da acolhida de migrantes e refugiados venezuelanos no Brasil. Entre as ações da Conectas estão o monitoramento da interiorização dos venezuelanos que saíram de Roraima rumo a outros estados, a análise do orçamento da "Operação Acolhida" e a capacitação de organizações que trabalham com migrantes. A Conectas também capacitou jornalistas para tratar de temas relacionados a migração e refúgio, buscando assim diminuir visões xenófobas e preconceituosas na mídia.

A acolhida dos venezuelanos foi dificultada por algumas ações do governo de Roraima, que procurou fechar a fronteira com a Venezuela e criou dificuldades para que os refugiados tivessem acesso aos serviços públicos de saúde. Em relação a essas ações, a Conectas juntamente com parceiros não apenas denunciou a situação, como atuou no Supremo Tribunal Federal para evitar o fechamento da fronteira. Internacionalmente, a Conectas denunciou a situação tanto na Comissão Interamericana de Direitos Humanos quanto nas Nações Unidas e com parceiros latino americanos.



# Programa de Desenvolvimento e Direitos Socioambientais

# Financiamento do desenvolvimento

Agências de fomento são importantes para o desenvolvimento e deveriam levar em conta fatores socioambientais na aprovação de projetos, que muitas vezes têm impactos substanciais e não seguem regras internacionais de consulta prévia nem outros direitos humanos. Nesse sentido, a Conectas trabalha internacionalmente para incluir garantias ambientais e de direitos humanos em banco de desenvolvimento multilaterais e nacionais.

Para isso, em abril a Conectas participou do Fórum da Sociedade Civil em Washington (EUA) no qual discutimos a tendência dos bancos multilaterais de adotarem o Sistema de Países invés das salvaguardas. Em maio, a Conectas participou 3a Reunião Anual do Novo Banco de Desenvolvimento (NDB), em Xangai (China), durante a qual lançamos o relatório "Sistemas de Países e Salvaguardas Sociais e Ambientais mas Instituições em Desenvolvimento". O estudo tem como objetivo discutir a abordagem dos Sistema de Países pelas instituições financeiras em salvaguardas sociais e ambientais e como NDB pode ajudar a aperfeiçoar padrões legais e capacidades locais para garantir a sustentabilidade de projetos de infraestrutura.

Com esse objetivo a Conectas trabalha para que o Banco Mundial inclua essas garantias em seus Princípios Orientadores para a Estrutura Social e Ambiental. E também recomenda a inclusão de questão de monitoramento e responsabilização de bancos de fomento - como o BNDES - por violações de projetos financiados. Em agosto, a Conectas lançou o relatório "Banco Nacional, Impactos Globais: O apoio do BNDES à exportação de bens e serviços de engenharia e seus efeitos sobre o meio ambiente e os direitos humanos" analisa esses projetos e aponta caminhos para a proteção de direitos.

#### Acesso à justiça

A Conectas trabalha em parceria com organizações locais para visibilizar a situação de comunidades afetadas pela violação de direitos socioambientais por empresas e buscar a responsabilização dessas empresas. Dentre os casos que a Conectas trabalha estão o colapso da barragem de Fundão, em Mariana, com reflexos por toda a bacia do Rio Doce; projetos de desenvolvimento de larga escala na região da Volta Grande do Rio Xingu, no Pará, incluindo a Usina Hidrelétrica de Belo Monte e o projeto de mineração de ouro a céu aberto da canadense Belo Sun; exploração de trabalho escravo em fazendas de café em Minas Gerais e os impactos do Porto de Suape em Pernambuco.

Em 2018, a Conectas visitou esses locais e trabalhou com organizações locais para garantir acesso à justiça das pessoas e comunidades atingidas. Em relação aos diversos casos de trabalhadores vítimas de trabalho escravo na produção de café em Minas Gerais, juntamente com parceiros locais a Conectas denunciou as empresas multinacionais que utilizam esse café para o Ponto de Contato Nacional do Brasil na Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico.

Em abril, juntamente com parceiros, a Conectas enviou relatório a seis relatores especiais da ONU e ao Grupo de Trabalho da ONU sobre Empresas e Direitos Humanos denunciando a falta de reparação efetiva aos atingidos pelo rompimento da barragem de Fundão em Mariana (MG). A Conectas e parceiros defenderam a necessidade dos atingidos participarem das decisões sobre o caso, da proteção a defensores de direitos humanos e da atuação de organismos internacionais.

A Conectas e outras cinco organizações parceiras enviaram um apelo urgente aos procedimentos especiais da ONU denunciando a situação de defensores de direitos humanos ameaçados no Pará, no marco do projeto de exploração de ouro a céu aberto desenvolvido pela empresa canadense Belo Sun. No documento, as entidades pedem para que tanto o Canadá - país de origem da companhia - e o Brasil tomem medidas protetivas em relação aos ameaçados. As entidades solicitaram que a licença para exploração não seja concedida. A pressão popular fez com a maior acionista da mina de ouro vendesse as ações.

#### Comércio de armas

A Conectas faz parte desde 2016 da Coalizão pela Exportação Responsável de Armas, da qual é fundadora e, desde 2013, manteve advocacy permanente pela conclusão do processo de ratificação do Tratado sobre



Comércio de Armas (TCA) no Congresso Nacional e junto ao Executivo. Além do trabalho nacional, a Conectas também atuou no âmbito de mecanismos e coalizões internacionais. Juntamente com parceiros, a Conectas trabalhou diretamente no âmbito do Legislativo para que o texto do tratado fosse aprovado em fevereiro pelo Congresso Nacional.

Durante todo o primeiro semestre de 2018, a Conectas pressionou o Executivo para assinar o termo de ratificação do tratado. Por meio de discussões públicas e na imprensa, a Conectas e outras organizações conseguiram que o presidente concluísse o processo de ratificação do acordoem junho. O instrumento de ratificação foi depositado na ONU em agosto e o tratado finalmente entrou em vigor para o Brasil em novembro.

#### Responsabilidade das empresas

Em consonância com os Princípios Orientadores das Nações Unidas sobre Empresas e Direitos Humanos, a Conectas trabalha permanentemente para efetivar os princípios e as diretrizes internacionais no Brasil, por meio da sensibilização de governo, sociedade civil e empresariado sobre a importância do respeito pelas empresas das normas internacionais de direitos humanos. Além disso, realiza-se incidência sobre o governo brasileiro para fiscalização e implementação de recomendações internacionais do Grupo de Trabalho da ONU para Empresas e Direitos Humanos, entre outras.

Em maio, a Conectas lançou o relatório "Recomendações do Grupo de Trabalho da ONU sobre Empresas e Direitos Humanos ao Brasil: Status de implementação pelo governo e empresas", no qual apresentamos um verdadeiro panorama de como estas recomendações do Grupo de Trabalho da ONU estão sendo efetivamente acompanhadas e atendidas pelo governo brasileiro e empresas que atuam no país. O relatório foi apresentado também durante 38a Sessão do Conselho de Direitos Humanos, em Genebra, durante a qual a Conectas denunciou as pioras em alguns casos e pressionou o governo brasileiro para que convide o Grupo de Trabalho da ONU para uma visita de monitoramento em 2019.

#### Litígio climático

A utilização de instrumentos jurídicos é uma aposta crescente entre entidades de defesa do meio ambiente e dos direitos humanos para compelir estados e empresas a assumirem suas responsabilidades pela contenção das mudanças climáticas. Em parceria com proeminentes organizações do campo, a Conectas participa de um projeto que explora as possibilidades e alternativas para a litigância climática no Brasil à luz de exemplos de outros países que já possuem casos de litígios climáticos. Com esse objetivo, a Conectas publicou em 2018 vídeos de especialistas discutindo a política do Tribunal Penal Internacional de considerar o impacto ambiental em sua seleção de casos.

# 11 Valor justo dos trabalhos voluntários e gratuidades

Os trabalhos voluntários identificados pela administração, bem como o seu valor justo, podem ser assim descritos:

	2018	2017
Voluntários Gratuidades (Membros do Conselho)	184.844 	104.281 47.834
Total	184.844	152.115

Esses valores foram reconhecidos na demonstração do superávit na rubrica de "Receitas com gratuidades" com contrapartida em "Despesas das atividades".

O valor justo dos trabalhos voluntários descritos acima, estão apresentados de acordo com a Interpretação ITG-2002 (R1 - 2015) advinda da Resolução CFC no. 1409/12. Foi determinado a partir do valor que a Associação estaria disposta a pagar a um terceiro para que ele prestasse o mesmo serviço executado pelos voluntários.



Nesse sentido, a administração fez sua melhor estimativa de valor justo com base em informações do próprio prestador de serviço, uma vez que, em geral, ele também presta o mesmo serviço para outras entidades, mas com remuneração, e/ou com base em informações de mercado - especialmente no caso de prestação de serviços para a qual há um mercado ativo e maduro, onde as informações sobre o custo de serviços é amplamente divulgado ou de fácil obtenção, sempre considerando o porte e complexidade das operações da Conectas.

A Associação reformulou seu entendimento sobre gratuidades e entende que o trabalho executado pelos membros do Conselho <u>não é</u> trabalho voluntário, <u>tampouco gratuidade</u>, haja vista que há obrigações legais oriundas destes cargos que, pela sua natureza, não são remunerados.

#### 12 Resultado financeiro

	2018	2017
Rendimento de aplicação financeira Outras receitas financeiras Despesas bancárias Outras despesas financeiras	485.436 211 (3.364) (830)	567.679 538 (5.491) (299)
	481.453	562.427

# 13 Imunidade do imposto de renda e isenção das contribuições previdenciárias e sociais

Considera-se entidade sem fins lucrativos a que não apresente superávit em suas contas ou caso o apresente em determinado exercício, destine-o integralmente à manutenção e ao desenvolvimento dos objetivos sociais da entidade, desde que atendidas às demais condições legais.

A Associação atende aos requisitos da legislação sendo imune do imposto de renda (com base no artigo 150 da Constituição Federal) e isento da contribuição social sobre o superávit e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) conforme Medida Provisória (MP) nº 2.158-35, em seu artigo 14, inciso X, que dispôs, para os fatos geradores ocorridos a partir de 1º de fevereiro de 1999, são isentas dessa contribuição às receitas relativas às atividades próprias das instituições de caráter cultural a que se refere o artigo 15 da Lei nº 9.532/97. Em consonância com as divulgações requeridas pela NBC ITG -2002 - "Entidades sem Finalidade de Lucros", caso a entidade não fosse isenta a alíquota vigente para recolhimento é 9% (contribuição social) e 7,6% (financiamento da seguridade social - COFINS), 1,65% PIS/FATURAMENTO, 15% (Imposto de Renda). A Conectas tem o título de OSCIP - Organização da Sociedade Civil de Interesse Público, por Despacho do Secretário Nacional de Justiça, publicado no DOU de 07 de novembro de 2003.

#### 14 Demandas judiciais

A partir de 1º de julho de 2015, com vigência do Decreto nº 8426/2015, as pessoas jurídicas tributadas com base no regime não cumulativo devem apurar a contribuição para PIS/PASEP e a COFINS pelas alíquotas de 0,65% e 4%, respectivamente.

Define a Lei nº 10.637/02, em seu art. 8º, e a Lei nº 10.833/03, em seu art. 10, que as pessoas jurídicas imunes a impostos ficam sujeitas ao regime cumulativo das contribuições. Assim, por não haver tratamento específico, as pessoas jurídicas isentas, como a Conectas, se sujeitariam ao regime não cumulativo, e, portanto, deveriam tributar suas receitas financeiras conforme o Decreto nº 8.426/2015, que traz as alíquotas de 0,65% para PIS/PASEP e 4% para COFINS. Visto que, conforme art. 13 da Medida Provisória nº 2.158-35/01, a contribuição para o PIS/PASEP de entidades isentas é calculada sobre a folha de salários, somente ocorreria a apuração de COFINS sobre as receitas financeiras das entidades isentas.



A Conectas optou por discutir judicialmente o tributo com base em orientação de seus advogados, por meio de mandado de segurança preventivo, com pedido de liminar inaudita altera parte, tendo como base:

- Inconstitucionalidade da instituição do tributo
- Da imunidade, respaldada no 195, § 7ª da Constituição Federal, amparada pelo Artigo 3º da Lei nº 8.742/93 (Lei Orgânica de Assistência Social - LOAS).

Não obstante, a Conectas efetuou provisão no valor de R\$ 78.638,12, conforme balanço patrimonial – ativo não circulante - "Depósitos Judiciais" para o devido recolhimento em juízo enquanto aguarda o resultado da discussão judicial.

#### 15 Outras informações

- (a) Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017, a Associação não efetuou operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos.
- (b) A Associação não mantém planos de pensão, previdência privada ou qualquer outro plano de aposentadoria ou de benefícios para os empregados e dirigentes pós sua saída ou plano de benefícios a dirigentes e empregados na forma de planos de bônus ou de participações.
- (c) Conectas possui Seguro D&O desde 26/02/2016, que compreende o pagamento a título de perdas e danos, devido a terceiros pelo Seguro em decorrência de ato ou fato, pelo qual seja responsabilizado, reclamado e/ou notificado durante o período de vigência da apólice, ou, quando expressa contratualmente previsto, em data anterior compreendida no período de retroatividade de cobertura, desde que o segurado tenha comunicado a seguradora durante o período de vigência do seguro e que o terceiro tenha a ele apresentado sua reclamação, durante a vigência da apólice ou durante o período complementar ou suplementar se adquirido pelo segurado. O âmbito de cobertura é mundial, com as seguintes coberturas adicionais:
  - Cobertura para processos judiciais, administrativos ou arbitrais, incluindo, mas não limitando, à responsabilidade cível, consumerista, previdenciária ou criminal;
  - Custos de investigação conduzida por órgão governamental;
  - Reclamações relacionadas à responsabilidade tributária;
  - Práticas Trabalhistas Indevidas (EPL);
  - Erros e omissões na prestação de serviços profissionais e falha dos produtos;
  - Custos de Defesa para Multas e Penalidades;
  - Processos de Bens e Liberdade;
  - Bloqueio e indisponibilidade de bens;
  - Reclamações movidas por uma pessoa segurada;
  - Reclamações movidas pelo tomador, organizações ou entidades externas;
  - Custos incorridos em processos de extradição;



- · Reclamações por dano material e corporal;
- Reclamações por dano moral;
- Cobertura automática para novas subsidiárias;
- Cobertura para processos já existentes contra PJ que venham a recair, durante a vigência da apólice, contra os administradores em função da desconsideração da personalidade jurídica;
- Cobertura para custos de defesa para reclamações relacionadas à concessão de Garantias pessoais (Aval e Fiel depositário);
- Custos emergenciais;
- Proteção da imagem pessoal (Despesas de Publicidade);
- Cobertura para Inabilitação
- Eventos extraordinários com reguladores;
- · Gerenciamento de crises.

#### 16 Eventos subsequentes

Não observamos nenhum evento subsequente entre o encerramento contábil e emissão deste documento que ensejasse menção nestas notas explicativas.

Juana Magdalena Kweitel

Diretora Executiva

Juraci da Conceição Vieira Contador CRC-1-SP160.881-O-0